



Estado do Tocantins  
Câmara Municipal de Porto Nacional  
Avenida Murilo Braga nº. 1847 – Centro. Fone: (63) 3363- 2482

Autógrafo de Lei Nº. 74/2025

Lei nº \_\_\_\_\_/2025

Projeto de Lei nº. 61/2025

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2025

**“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E DENOMINAÇÃO DA UNIDADE PÚBLICA – CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, LOCALIZADA NO BAIRRO LAGUNA III, NO DISTRITO DE LUZIMANGUES, MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL, COMO “CMEI - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA NILCE LOPES DA SILVA”, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

Bárbara Theely Clementino Pugas  
Chefe de Casa Civil  
Decreto Nº 001/2025  
Visto em  
16/12/2025

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL**, nos usos das atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que:

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei, de autoria dos Vereadores: Nassa Silva e João Justino:

**Art. 1º - Fica Criada e Denominada a Unidade Pública – Centro Municipal de Educação Infantil, localizada no Bairro Laguna III, no Distrito de Luzimangues, Município de Porto Nacional - TO, como “CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil MARIA NILCE LOPES DA SILVA”.**

**Art. 2º - O Poder Executivo** providenciará a atualização de todos os registros, cadastros e referências oficiais, bem como a confecção e instalação das placas de identificação da unidade com a denominação.



**Estado do Tocantins**  
**Câmara Municipal de Porto Nacional**  
**Avenida Murilo Braga nº. 1847 – Centro. Fone: (63) 3363- 2482**

**Art. 3º** - As placas indicativas deverão conter, sempre que possível, breve menção à biografia da homenageada, nos seguintes termos: “Maria Nilce Lopes da Silva – pioneira, empreendedora e figura marcante na história e no desenvolvimento de Luzimangues, exemplo de dedicação, coragem e amor à comunidade.”

**Art. 4º** - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Palácio XIII de Julho**, Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Porto Nacional - TO, aos 16 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco.



**SILVANEY RABELO DA ROCHA**

**- Vereador Presidente -**



**GEOVANE ALVES DOS SANTOS**

**- Vereador 1º Secretário -**



Estado do Tocantins  
Câmara Municipal de Porto Nacional  
Avenida Murilo Braga nº. 1847 – Centro. Fone: (63) 3363- 2482

## **Comissão de Educação, Assistência Social Turismo, Cultura, Desporto, Saúde e Meio Ambiente**

**Matéria:** Projeto de Lei Nº 61/2025, de 05 Dezembro 2025


**AUTORIA:** Vereadores NASSA SILVA E JOÃO JUSTINO

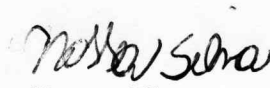
### **Ementa :**

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E DENOMINAÇÃO DA UNIDADE PUBLICA- CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, LOCALIZADA NO BAIRRO LAGUMA III, NO DISTRITO DE LUZIMANGUES, COMO 'CMEI CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA NILCE LOPES DA SILVA', E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

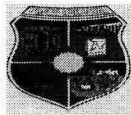
**O Parecer:** A Comissão Da Educação, Assistência Social Turismo, Cultura, Desporto, Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Poro Nacional, após analisar ao **Projeto de Lei Nº 61/2025**, constatou-se que o mesmo se enquadra nos ditames legais.

**Palácio XIII de Julho**, sala das Comissões, aos 08 Dezembro de 2025.

  
João Leite Moura Filho  
- Vereador Presidente -

  
Nassa Silva  
- Vereadora Relatora -

  
Diva Cardoso  
- Vereadora Vogal -



Estado do Tocantins  
Câmara Municipal de Porto Nacional  
Avenida Murilo Braga nº. 1847 – Centro. Fone: (63) 3363- 2482

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO PARECER

**Matéria:** Projeto de Lei Nº 61/2025, 05 de Dezembro de 2025.

**AUTORIA:** Vereadores: NASSA SILVA E JOÃO JUSTINO

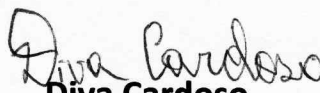
**Ementa:**

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E DENOMINAÇÃO DA UNIDADE PÚBLICA- CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, LOCALIZADA NO BAIRRO LAGUMA III, NO DISTRITO DE LUZIMANGUES, COMO 'CMEI CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA NILCE LOPES DA SILVA', E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

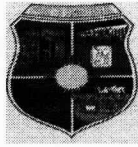
**O Parecer:** A Comissão de constituição, justiça e Redação da Câmara Municipal de Porto Nacional, após analisar ao **Projeto de Lei Nº61/2025**, constatou-se que o mesmo se enquadra nos ditames legais.

**Palácio XIII de Julho**, sala das Comissões, ao 08 de dezembro de 2025.

  
**Jose Junio Batista dos Santos**  
- Vereador Presidente -

  
**Diva Cardoso**  
- Vereadora Vogal -

  
**Geylson Neres Gomes**  
- Vereador Relator -



**Estado do Tocantins**  
**Câmara Municipal de Porto Nacional**

Av. Murilo Braga nº 1847, Centro, Fone/Fax 3363-1731 /3363-7296

**PARECER JURÍDICO 100/2025**

Parecer Opinitivo, Constitucional e Administrativo.  
Projeto de Lei nº. 100/2025 de 05 de dezembro de 2025. “Dispõe sobre a criação e denominação da unidade pública \_ Centro Municipal de Educação Infantil, localizada no bairro Laguna III, no distrito de Luzimangues, município de Porto Nacional-TO, como CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil Maria Nilce Lopes da Silva e dá outras providências.”

**I – Relatório**

Trata-se o presente parecer acerca de análise Projeto de Lei nº. 100/2025 de 05 de dezembro de 2025. “Dispõe sobre a criação e denominação da unidade pública \_ Centro Municipal de Educação Infantil, localizada no bairro Laguna III, no distrito de Luzimangues, município de Porto Nacional-TO, como CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil Maria Nilce Lopes da Silva e dá outras providências”.

Instruem o pedido, no que interessa:

- (i) Projeto de Lei nº. 100/2025 de 05 de dezembro de 2025 de iniciativa do Vereadores Nassa Silva e João Justino;
- (ii) Justificativa ao Projeto de Lei;
- (iii) Certidão de Óbito do Homenageado.

É o breve relato dos fatos. Passa-se à apreciação.

**II - Análise Jurídica**

Inicialmente, importante destacar que o exame dessa Assessoria Jurídica cinge-se tão-somente à matéria jurídica envolvida, nos termos da sua



## Estado do Tocantins Câmara Municipal de Porto Nacional

Av. Murilo Braga nº 1847, Centro, Fone/Fax 3363-1731 /3363-7296

competência legal, tendo por base os documentos juntados, razão pela qual não se incursiona em discussões de ordem técnica, bem como em questões que envolvam juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos setores competentes.

Primeiramente cumpre salientar que a Constituição Federal estabelece no artigo 30, inciso I, que é competência privativa do município legislar sobre assunto de interesse local:

**Art. 30. Compete aos Municípios:**

**I - legislar sobre assuntos de interesse local;**

No “caput” do art. 75, dispõe sobre a competência da Câmara Legislativa de Porto Nacional para legislar sobre todas as matérias de competência do Município:

**Art. 75 – Cabe a Câmara Legislativa**, com a sanção do Prefeito Municipal, legislar sobre todas as matérias de competência do Município e, especialmente, sobre:

**I – assuntos de interesse local**, inclusive suplementado a legislação federal e estadual

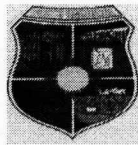
Da análise textual da matéria, o Projeto de Lei não conflita com a competência privativa da União Federal (artigo 22 da CF/88) e, também, não conflita com a competência concorrente entre a União Federal, Estados e Distrito Federal (Art. 24, da CF/88), trata-se de matéria **tipicamente de interesse local**, de competência do Município, nos termos do art. 10 inciso I, da Lei Orgânica Municipal de Porto Nacional-TO.

Dessa forma, resta clara a competência da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Nacional na denominação de bens públicos.

O Projeto de Lei deverá atender ao disposto no parágrafo único do artigo 343 da Lei Orgânica do município de Porto Nacional que assim dispõe:

**Art. 343 – O Município não poderá dar nome de pessoas vivas a bens públicos de qualquer natureza.**

**Parágrafo único – para fins desse artigo somente depois de um ano de falecimento poderá ser homenageada qualquer**



Estado do Tocantins  
**Câmara Municipal de Porto Nacional**

Av. Murilo Braga nº 1847, Centro, Fone/Fax 3363-1731 /3363-7296

**pessoa**, salvo personalidades marcantes que tenha desempenhado altas funções na vida administrativa do Município, Estado ou país.

No presente Projeto de Lei foi juntado Certidão de Óbito da homenageada atendendo a exigência legal constando data do falecimento de pelo menos um ano.

Assim, o Projeto de Lei, está dentro da competência constitucional da Câmara Municipal e ainda atende ao disposto no artigo 343, parágrafo único da Lei Orgânica.

Assim sendo, esta Assessoria Jurídica opina de forma **FAVORÁVEL** ao presente Projeto de Lei da forma que se encontra, ou seja, uma vez que fora demonstrada a exigência de comprovação do óbito de pelo menos um ano da pessoa homenageada.

### III- Conclusão

Diante do exposto, essa assessoria se manifesta de forma **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei e não se vislumbra óbice ao pretendido, visto que o presente Projeto de Lei atende aos pressupostos legais e Constitucionais, sob o aspecto jurídico, encontra-se apto a ser aprovado até o momento, desde que na forma regimental.

É o parecer que se submete à apreciação superior, com base nas informações apresentadas e nos documentos anexos, sem embargo de outras opiniões.

Porto Nacional- TO, 08 de dezembro de 2025.

**ANTONIO CEZAR  
AIRES DE SOUZA  
FILHO**

**ANTONIO CEZAR AIRES DE SOUZA FILHO**

Assessor Jurídico  
OAB-TO 6771

Assinado de forma digital por ANTONIO CEZAR  
AIRES DE SOUZA FILHO  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC OAB,  
ou=01554285000175, ou=Presencial,  
ou=Assinatura Tipo A3, ou=ADVOGADO,  
cn=ANTONIO CEZAR AIRES DE SOUZA FILHO  
Dados: 2025.12.08 08:58:49 -03'00'